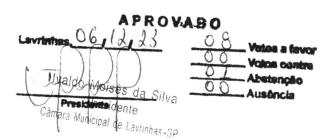


Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 04 (QUATRO), DE 06 (SEIS) DE NOVEMBRO DE 2023.



DÁ NOVA REDAÇÃO E INSERE ARTIGOS NA RESOLUÇÃO Nº 01, DE 24 (VINTE E QUATRO) DE MARÇO DE 2023, PARA O FIM DE COMPLEMENTAR A REGULAMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1° Dá nova redação ao artigo 25 da Resolução N $^{\circ}$ 01, de 24 (vinte e quatro) de março de 2023, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Na Câmara Municipal de Lavrinhas, nos termos do disposto no § 5º do artigo 53 da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é dispensável a análise e manifestação jurídica:

I - nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no artigo 75, incisos I ou II, e § 3º da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação, à semelhança do disposto na Instrução Normativa AGU Nº 1, de 13 de setembro de 2021;

II - nas contratações diretas fundadas no artigo 74, da Federal N° 14.133, de 1° de abril de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75, da Lei Federal N° 14.133, de 1° de abril de 2021, à semelhança do disposto na Instrução Normativa AGU N° 1, de 13 de setembro de 2021;

III - nas contratações com entrega imediata do bem ou com a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes padronizados";

Rute Waldo



Estado de São Paulo

IV - nas pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento a que se refere o § 2º do art. 95 da Lei Federal Nº 14.133/2021".

Art. 2º Fica inserido o Capítulo XI e seus artigos na Resolução Nº 01, de 24 (vinte e quatro) de março de 2023, os quais passam a vigorar com a seguinte redação e numeração:

"CAPÍTULO XI

DAS PEQUENAS COMPRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO

- Art. 43. Este Capítulo dispõe sobre o procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento pela Lei Federal Nº 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Lavrinhas/SP.
- Art. 44. As pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento referem-se ao disposto no $\S 2^{\circ}$ do art. 95 da Lei Federal N° 14.133/2021, sempre acompanhando a atualização do valor na lei federal.
- Art. 45. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento que demandem despesas que, pela essencialidade e necessidade de pronta resposta, não possam ser submetidas ao processo normal de licitação, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, será restrita às seguintes hipóteses:
- I atividades de garantia da continuidade do serviço público e atividades subsidiárias;
- II atividades não programadas de manutenção para permitir a continuidade do funcionamento dos serviços públicos inclusive aquisição de materiais permanentes.
- § 1º O Regime Especial de Execução de que trata este Capítulo visa a garantir a eficácia do serviço público e deverá observar os princípios da contratação mais vantajosa e da economicidade no dispêndio dos recursos financeiros.
- § 2º O solicitante deverá demonstrar que não é possível submeter a despesa ao processo normal de aplicação, apresentando as devidas justificativas.



Estado de São Paulo

- Art. 46. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento possui as seguintes especificidades:
- I o valor para cada procedimento fica limitado à disponibilidade orçamentária decorrente da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da observância dos procedimentos previstos para licitação ou seu afastamento;
- II A compra por mais de uma vez de um mesmo objeto dentro do mesmo exercício financeiro fica vinculada à justificativa;
- Art. 47. O processo relativo às pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, preferencialmente, até a sua finalização, deverá estar instruído pelos seguintes documentos:
- I documento de formalização de demanda, com data e assinatura do requisitante e justificativa da necessidade da compra e do preço, nos termos do art. 23 da Lei Federal N° 14.133/2021;
- II O requisitante deverá anexar junto à solicitação de demanda documentos que comprovem que o contratado está:
- a) regulamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) regular perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante;
- c) regular com a Seguridade Social e sobre o FGTS, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) regular perante a Justiça do Trabalho;
- d) cumprindo com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (emprego de menores)
- III com a autorização da autoridade competente.

Art. 3º Fica renumerado o antigo Capítulo XI e seu artigo, o qual passa a vigorar com a seguinte numeração:

"CAPÍTULO XII

VIGÊNCIA

48. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lavrinhas, 06 (seis) de novembro de 2023.

MESA DIRETORA - (BIÊNIO 2023/2024):

Câmara Municipa! de Lavrinhas: 97 IVALDO MOISES DA SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP

SEGUNDO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 04 (QUATRO); DE 06 (SEIS) DE NOVEMBRO DE 2023.

DÁ REDAÇÃO NOVA \mathbf{E} INSERE ARTIGOS NA RESOLUÇÃO № 01, DE 24 (VINTE E QUATRO) DE MARÇO DE 2023, PARA O FIM DE COMPLEMENTAR A REGULAMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP E DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo regulamentar a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Câmara Municipal de Lavrinhas/SP.

Neste sentido, é dever da Câmara Municipal de Lavrinhas/SP regulamentar a aplicação da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito desta Casa de Leis.

A Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como é sabido, já se encontra em vigor e sua aplicabilidade deverá estar em plena utilização nesta Casa Legislativa de até o dia 01/01/2024;

Como é sabido, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior ao disposto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, sempre acompanhando a atualização do valor na lei federal

Diante de todo o exposto a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lavrinhas/SP, com todo o respeito, esperam que esta respeitável Casa de Leis aprove o presente Projeto de Resolução.

Lavrinhas, 06 (seis) de novembro de 2023.

MESA DIRETORA VA (BIÉNIO 2023/2024):

amari VALDO MOISES DA SILVA

Presidente

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP

ANTÓNIO CARLOS RIBEIRO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP

GERALDO BÁTISTA LEITE SEGUNDO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS/SP